

Taxa de turismo segue causando dúvidas e indignação em Angra

Mesmo com o início da cobrança, população ainda desconhece detalhes da tarifa

Por Redação

A cobrança da Taxa de Turismo Sustentável (TTS) começou, de forma parcial, durante o mês de janeiro de 2026. Mesmo com as tarifas já em andamento, tanto os visitantes quanto o setor de serviços relacionados ao turismo apresentam muitas dúvidas em relação à taxa, além do sentimento de indignação e desejo de revogação seguir forte entre a comunidade hoteleira local.

A Prefeitura de Angra informa que, neste início de ano, a cobrança da TTS está sendo realizada com 50% de desconto dos valores previstos em lei e apenas dos visitantes que chegam à cidade de ônibus, microônibus, vans de turismo e navios transatlânticos, por meio dos operadores de turismo.

O valor da taxa está sendo calculado e repassado para a Prefeitura de acordo com o previsto na legislação. No caso dos cruzeiros, a taxa em vigor é a mesma praticada anteriormente, cerca de R\$ 18 por passageiro, já que as paradas dos navios na cidade já estavam programadas antes do início da Angra Viva.

Moradores da cidade – tanto do continente quanto da Ilha Grande – e seus parentes até segundo grau estão isentos da cobrança, assim como crianças até 12 anos e maiores de 60 anos. Além disso, quem segue para a Ilha Grande, diretamente ou por algum dos cais públicos do município, não paga a taxa.

As cobranças serão realizadas por meio de um sistema digital. A Prefeitura afirma que está em fase de finalização a contratação de uma empresa para operacionalizar a cobrança, que será ajustada conforme a regulamentação da lei e sua gradual implementação.

Rede hoteleira

Desde o anúncio de implementação da TTS, a Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG) se demonstrou contrária a medida e expressou preocupações sobre possíveis consequências negativas no setor turístico. Vale lembrar que as tarifas cobradas na Ilha Grande serão maiores em comparação ao continente. Em entrevista ao Correio Sul Fluminense, a equipe da Associação demonstrou o retrato de uma comunidade hoteleira que ainda possui muitas dúvidas sobre o modo de funcionamento da taxa e que já começou a arcar com pre-



Ilha Grande é o território da cidade com os maiores valores de cobrança da taxa

Arquivo - Wagner Gusmão



Taxa de turismo foi aprovada pela Câmara de Angra em 2025

juízos neste início de ano.

Segundo a AMHIG, as duas primeiras semanas de janeiro foram dias de caos para a rede hoteleira da Ilha Grande: com a movimentação de ano novo, a localidade estava com uma grande quantidade de turistas em circulação, mas a região sofria com falta de luz e água nos seis primeiros dias do ano – algo que representou grande dificuldade para as administrações de pousadas e hotéis. Com o passar dos dias, a equipe afirma que houve uma queda na média de hospedagem no local, mas não consegue precisar em números. “[A Associação] ainda não teve tempo de calcular uma porcentagem, pois estamos nos virando nos trinta para manter os negócios apesar dos problemas”. A AMHIG afirma ainda que, mesmo com a taxa ainda não

sendo aplicada a todos os turistas, muitos visitantes fizeram reclamações diretas sobre a cobrança às equipes dos hotéis e pousadas em que estavam hospedados.

De acordo com a equipe, mesmo com a implementação parcial da TTS, a rede hoteleira da Ilha Grande ainda não recebeu informações claras sobre como a cobrança funcionará e a partir de quando, e isso estaria causando um desconforto generalizado entre as equipes dos meios de hospedagem. “Até agora a Prefeitura não nos chamou para uma reunião para conversar sobre o assunto. Isso está causando um grande mal estar entre os hóspedes e as pousadas em geral, pois [os visitantes] fazem várias perguntas que não sabemos e não conseguimos responder”, acrescenta. A falta de conhecimento

sobre a taxa impede, ainda, que a rede hoteleira pense em maneiras para driblar a possível perda de clientela pela cobrança da taxa. De acordo com informações fornecidas por uma reportagem da CBN, já há casos de donos de hotéis que cobriram o valor da TTS a ser pago por seus hóspedes, com o objetivo de evitar a fuga de clientes. A Associação, entretanto, ainda não tem conhecimento de casos suficientes do tipo na Ilha Grande para afirmar se essa prática está se tornando comum.

Apesar da Prefeitura de Angra dos Reis ter afirmado que o texto atual da TTS foi elaborado após um diálogo com representantes do trade turístico, moradores da Ilha Grande e outros setores envolvidos, a AMHIG alega nunca ter entrado em contato direto com a Prefeitura, apesar de sucessivas tentativas. “A Associação foi criada para ser um porta voz das pousadas em geral e às vezes do comércio também. Tudo que acontece na Ilha Grande acaba afetando direta ou indiretamente [todos os setores da economia], pois a Ilha vive e depende do turismo. Nossa intenção é sempre de querer acrescentar e ajudar, mas precisamos ser ouvidos”, finalizou a equipe.

Outros estabelecimentos

As alterações no fluxo de visitantes de Angra não interferem somente nos serviços diretamente relacionados ao turismo, como os meios de hospedagem, mas também a estabelecimentos que se beneficiam indiretamente dos períodos de alta temporada,

como os de alimentação. O Correio Sul Fluminense entrou em contato com uma série de restaurantes e bares da Ilha Grande para perguntar se houve diminuição no movimento neste início de ano, além de seu posicionamento sobre a taxa vigente. Os nomes dos estabelecimentos serão preservados a pedido de seus proprietários.

Muitos dos restaurantes e bares da Ilha Grande funcionam de forma conjunta a serviços de hospedagem, como pousadas e hostels. Apesar da queda não ser geral, muitos restaurantes tiveram uma movimentação mais baixa no início de 2026 em comparação a anos anteriores. Os que não tiveram uma perda de clientela significativa durante o verão acreditam que sofreram com prejuízos nos períodos de baixa temporada. Alguns dos proprietários entrevistados – especialmente os que também participam de negócios de hospedagem – se demonstraram contrários à implementação da Taxa, acreditando que os valores coletados não serão devidamente utilizados para a conservação ambiental da cidade. “A Prefeitura não investe aqui e não tem consciência ambiental com as questões da ilha. Até tenta fingir que se importa, mas vivemos tantos absurdos aqui que chega a ser uma humilhação”, comenta um proprietário.

Um serviço de pousada e restaurante que faz parte da Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande também se posicionou contra a implementação da taxa, reiterando a falta de clareza sobre o método de cobrança e a falta de cuidado da administração pública com a Ilha Grande afirmadas por outros entrevistados. Para o proprietário, o valor da taxa é alto demais para o orçamento dos turistas e as arrecadações não serão utilizadas para melhorar a qualidade de vida e dos serviços da localidade.

— A Ilha Grande está abandonada, do ponto de vista administrativo. Não temos saneamento básico adequado, fornecimento confiável de energia, um centro de informações para o turista. Não temos um cais digno, as trilhas estão abandonadas, não há sinalização; são inúmeros problemas estruturais. Temos convicção de que essa taxa é só mais uma forma de arrecadação para a Prefeitura, sem compromisso real de investimento na Ilha. Na prática, a TTS apenas prejudica o turismo e os comerciantes locais — conclui.